

Projeto Político-Pedagógico

Coleção Pedagógica

1

2^a
edição

Maria Doninha de Almeida
(organizadora)

Projeto Político-Pedagógico

Coleção Pedagógica n. 1

Projeto Político-Pedagógico

2ª edição

Maria Doninha de Almeida
(organizadora)



Natal, 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Ivonildo do Rêgo

Vice-Reitor: Nilsen Carvalho F. de Oliveira Filho

Pró-Reitor de Graduação: Antônio Cabral Neto

Diretor da EDUFRN: Enilson Medeiros dos Santos

Editor: Francisco Alves da Costa Sobrinho

Capa: Olavo Oliva

Coordenação de revisão: Risoleide Rosa

Editoração eletrônica: Marcus Vinícius Devito Martines

Supervisão editorial: Alva Medeiros da Costa

Supervisão gráfica: Francisco Guilherme de Santana

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central "Zila Mamede"
Divisão de Serviços Técnicos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pró-Reitoria de
Graduação.

Projeto Político-Pedagógico / Universidade Federal do Rio
Grande do Norte; Maria Doninha de Almeida (Org.). [et al.]. –
2. ed. – Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2004.

46 p. – (Coleção Pedagógica; n. 1)

1. Política educacional. 2. Projeto político-pedagógico. 3. Projeto
pedagógico. I. Almeida, Maria Doninha de. II. Cabral Neto,
Antônio. III. Ferreira, Maria Salomilde. IV. Silva, Heloiza Hené
Marinho da. V. Título.

ISBN 85-7273-?????

RN/UF/BCZM

2004/14

CDD 37

CDU 37.014.5

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Campus Universitário, s/n – Lagoa Nova – 59.078-970 – Natal/RN – Brasil
e-mail: edufnr@editora.ufrn.br – www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 215.3236 – Fax: 84 215.3206

SUMÁRIO

Apresentação da 2ª edição, 7

Antônio Cabral Neto

Apresentação da 1ª edição, 9

Ótom Anselmo de Oliveira e Técia Maria de Oliveira Maranhão

Uma reflexão introdutória, 11

Maria Doninha de Almeida

Notas para uma discussão contextualizada sobre o Projeto
Político-Pedagógico, 17

Antônio Cabral Neto

A díade político-pedagógica, 29

Maria Salomilde Ferreira

Subsídios para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, 33

Heloiza Henê Marinho da Silva

APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO

As mudanças em curso no cenário da educação superior, no país, trouxeram implicações medulares para os cursos de graduação no âmbito das universidades. Exigências foram postas para todos os atores responsáveis pelo ensino de graduação. Assim, aos administradores e aos professores da Universidade coube a missão de promover as reformas curriculares necessárias para atender às novas demandas contextuais.

A Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD –, como a instância responsável, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN –, pelo ensino de graduação, assume, prioritariamente, o processo de assessoramento didático-pedagógico na reformulação curricular. Para cumprir o seu papel de articuladora desse movimento, foi necessário fornecer elementos teóricos e práticos para subsidiar os profissionais envolvidos na atualização pedagógica dos cursos de graduação.

É nesse cenário, portanto, que se insere a Coleção Pedagógica da UFRN. Os textos publicados nos cinco volumes da citada coleção buscam sistematizar subsídios basilares para orientar o debate de temas relativos aos principais aspectos implicados na ação pedagógica. Essa coleção vem cumprindo um papel importante no trabalho que a PROGRAD desenvolve junto aos cursos de graduação e, por isso, estamos colocando à disposição da comunidade universitária uma segunda edição dos seguintes títulos: Projeto Político-Pedagógico, Currículo como Artefato Social, O Sentido das Competências no Projeto Político-Pedagógico, Licenciatura e Educação Inclusiva.

Com essa iniciativa, a PROGRAD pretende continuar disponibilizando elementos para auxiliar no debate de questões pertinentes ao ensino de graduação na UFRN.

Natal, julho de 2004

Antônio Cabral Neto
Pró-Reitor de Graduação

APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO

A resposta acadêmica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte às exigências que decorrem das transformações e mudanças contextuais, e suas manifestações no âmbito da educação superior, não poderia configurar-se dissociada de um processo sistemático e permanente de atualização pedagógica. A busca do crescimento qualitativo do processo de ensino, desenvolvido em seus cursos de graduação, é um dos principais caminhos para a consolidação de uma resposta conseqüente.

A expansão da oferta de ensino de graduação, registrada nos últimos anos nesta Universidade, soma-se às imposições das modificações da sociedade e passa, cada vez mais, a exigir uma ação coordenada, capaz de articular o envolvimento de todos os setores comprometidos com a questão acadêmica.

Para estimular uma ação partilhada em torno do redimensionamento da função do ensino de graduação, a UFRN, através da Pró-Reitoria de Graduação, disponibiliza, para os responsáveis pelo desenvolvimento do processo de atualização pedagógica dos seus diversos cursos, a *Coleção Pedagógica*, com o objetivo primeiro de ampliar e registrar um diálogo sistematizado sobre a ação pedagógica.

A *Coleção Pedagógica* constará de oito publicações que devem oferecer subsídios sobre diferentes aspectos relacionados com as questões acadêmicas da graduação, como projeto político-pedagógico, currículo, integração ensino, pesquisa e extensão, processo de avaliação da aprendizagem, dentre outros. Deve constar de textos produzidos, preferencialmente, pelos professores da UFRN.

A Coleção se inicia com dois títulos: Projeto Político-Pedagógico – n. 1; Currículo como artefato social – n. 2. Os dois textos discutem princípios orientadores da organização do projeto político-pedagógico dos cursos de graduação. Trazem, ao mesmo tempo, reflexões sobre o currículo como um processo dinâmico próprio da reestruturação ou reorganização de uma proposta de curso.

Nas suas referências, postas para o debate e não como modelo, a Coleção sugere a adoção de estratégias que possibilitem a formação de profissionais capazes de responder às expectativas individuais e da sociedade. Nessa direção, a UFRN procura ampliar seus espaços para cumprir a sua missão educativa de produtora, disseminadora e conservadora do conhecimento.

Natal, outubro de 2000.

Ótom Anselmo de Oliveira

Técia Maria de Oliveira Maranhão

UMA REFLEXÃO INTRODUTÓRIA

Maria Doninha de Almeida*

Uma proposta acadêmica significativa para a universidade pública, neste momento, deve ser parte e resultado de um processo contínuo de reflexões e decisões coletivas. Para que os seus resultados sejam, de fato, consistentes e atuais é necessário que esse processo adote, como respaldo primeiro, o compromisso com três dimensões amplas: o conhecimento e a compreensão sobre o *mundo contemporâneo*, com suas características global, regional e local; o respeito à *missão da universidade*, considerando os limites e as possibilidades de sua realização; uma proposta acadêmica geral e ao mesmo tempo específica, de forma a subsidiar o redimensionamento curricular, através do *projeto político-pedagógico* de cada um dos cursos, notadamente no ensino de graduação.

A primeira dimensão parte do pressuposto de que a universidade não se realiza como uma instituição isolada das demais instâncias da sociedade. Ela é, ao mesmo tempo, parte e produto. Há uma interação entre todos os acontecimentos que configuram cada momento da história e a universidade é um dos componentes dessa interação. Nela se refletem os acontecimentos – mudanças e exigências – do mundo contemporâneo.

Como exemplos, podem ser lembrados: a força da mundialização do capital; o avanço científico e tecnológico e sua internacionalização, notadamente a partir da década de 80; o desaparecimento de postos de trabalho e o surgimento de novas e reduzidas oportunidades com novos perfis profissionais. O resultado, no âmbito da universidade, inclui exigências de mudanças nas

* Maria Doninha de Almeida é Professora Aposentada do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

especificidades de cada resposta sobre a formação do seu egresso e cria novas imposições, tanto para a administração quanto para a organização da proposta de educação superior, intervindo na função social da universidade pública.

Compreender e considerar as modificações e as condições atuais impõe à universidade duas decisões imediatas: a modificação do conteúdo e do significado da política acadêmica, principalmente aquela dirigida à formação profissional contextualmente situada; e a retomada do entendimento sobre a importância/necessidade de, no âmbito da educação superior, desenvolver um trabalho coletivo que minimize a ação individual.

A segunda dimensão ampla corresponde ao desenvolvimento de uma política acadêmico-administrativa que defina, com clareza, as pretensões que expressam, na teoria e na prática, as características, subjetivas e objetivas, do trabalho da universidade na busca para realizar a sua missão. O seu fundamento básico deve evidenciar o seu aspecto inovador, através da *produção* de novos conhecimentos; o seu ângulo conservador, deve garantir a *conservação* do conhecimento; e a sua obrigatoriedade prática, deve propiciar a constante *disseminação* do conhecimento.

A universidade trabalha esses três elementos acionando os mecanismos convencionalmente conhecidos: o ensino, a extensão e a pesquisa.

A ação da universidade através do ensino, da extensão e da pesquisa garante a efetiva realização de sua política acadêmica. O desenvolvimento – concepção, execução e atualização permanentes – do Projeto Político-Pedagógico de cada um dos cursos de graduação responde à terceira dimensão, nomeada inicialmente.

Essa terceira dimensão, razão deste trabalho, se objetiva em cinco importantes momentos ou estágios interligados. O primeiro corresponde à definição da intencionalidade da universidade em relação ao seu papel social, centrando-se no ensino, mas, obrigatoriamente, vinculado-o à extensão e à pesquisa. É a instância eminentemente subjetiva. É o momento das concepções e das definições quanto ao papel formal e social de cada curso, os seus

objetivos, o perfil desejado para os seus egressos, as competências e as habilidades perseguidas.

Dependendo das intenções expressas nesse primeiro momento, a idéia que vincula ensino/extensão/pesquisa estará delineada. Trata-se não apenas de opção, mas também de concepção. Esse momento determina a direção, o norte, de toda a proposta pedagógica que venha a se configurar.

O segundo momento define os instrumentos, subjetivos e práticos, do trabalho pedagógico do curso. Indica as áreas do saber ou campos de estudos, os conteúdos, as disciplinas, as possibilidades variadas, conforme a flexibilidade e a criatividade possíveis ou desejadas. Nesse momento, registra-se um conceito diferente sobre currículo. Se as definições que dão corpo ao primeiro momento funcionam como direção obrigatória para o segundo, desaparece a idéia de grade curricular e, em seu lugar, assume a concepção de currículo como parte de um processo que se firma e se desenvolve no conjunto do projeto pedagógico do curso.

O terceiro momento, que depende do primeiro e do segundo, refere-se aos procedimentos técnico-metodológicos e de gestão os quais registram a forma de atuação, de aperfeiçoamento, de integração ensino, extensão e pesquisa e de administração propriamente. Registra, ainda, os requisitos de infra-estrutura – física, tecnológica, bibliográfica – e as exigências de pessoal – quantidade e qualificação, por exemplo. Dependendo da criatividade expressa em cada proposta, o processo de ensino-aprendizagem pode criar situações favoráveis à melhoria da preparação formal e social do aluno egresso da universidade.

Um quarto momento, talvez o mais árduo, põe em prática os três primeiros estágios. É o momento da ação teórico-prática que envolve, não somente a avaliação que, obrigatoriamente, compõe o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, mas, uma avaliação constante da proposta definida, dos resultados alcançados, das necessidades de aperfeiçoamento, dentre várias outras ações.

Por fim, e só por questões didáticas desta reflexão, o quinto estágio corresponde à permanente atualização da pertinência do projeto que sintetiza a proposta do curso e inclui, necessariamente, um processo de avaliação contínua. Se o trabalho pedagógico da universidade é, de fato, um processo, não será necessário esperar determinado período de tempo para rever a proposta pedagógica de um curso. Seu tempo é a necessidade do próprio curso, ajustada pela avaliação.

O Projeto Político-Pedagógico, que passa pelos cinco estágios referidos, é destaque obrigatório, tanto na agenda da política educacional, dirigida ao ensino superior, quanto nos termos legais. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, componente da interação entre os vários elementos que configuram o ensino superior neste momento, não está isenta de várias e numerosas consequências e obrigações – renovação de reconhecimento de cursos, credenciamento da Universidade, avaliações diversas (Provão, Condições de Oferta, por exemplo).

No entanto, a obrigatoriedade, como todo acontecimento, tem dois aspectos inseparáveis: um positivo e outro negativo. A UFRN deve aproveitar o aspecto positivo para atualizar a proposta pedagógica dos cursos de graduação.

Este trabalho faz parte de uma coleção de estudos pedagógicos que integram as reflexões obrigatórias relativas à elaboração ou reelaboração do Projeto Político-Pedagógico dos diversos cursos de graduação da UFRN. Sistematiza, e põe à disposição dos interessados, três reflexões a respeito das questões que envolvem o Projeto Político-Pedagógico.

A primeira reflexão é expressa através do primeiro texto que trata, resumidamente, de uma discussão contextualizada do Projeto Político-Pedagógico dos cursos, lembrando que *o redimensionamento dos atuais currículos dos cursos de graduação [...] torna-se uma necessidade em decorrência do papel que a universidade pública deve desempenhar diante das mudanças que se consubstanciam no atual momento de desenvolvimento da sociedade*. A segunda apresenta uma breve justificativa sobre a diáde

político-pedagógico com um argumento que diz: *o pedagógico é político [...] definir-se, por um ou outro significado, é uma opção política*. E a terceira registra um breve histórico sobre Projeto Político-Pedagógico, sua concepção e recomendações a respeito de sua elaboração, incluindo [...] *esquemas que podem ser tomados como referência pelos cursos na elaboração do Projeto Político-Pedagógico*.

O principal objetivo da publicação desta coleção é manter um diálogo permanente com todos que se encontram envolvidos no processo de atualização da proposta pedagógica de cada um dos cursos de graduação da UFRN. Não se trata de modelo e/ou ensinamento, trata-se de um diálogo sistematizado na busca da melhoria do entendimento sobre o trabalho acadêmico. Por isso, toda sugestão/intervenção tem um lugar de destaque na agenda deste debate.

NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO CONTEXTUALIZADA SOBRE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Antônio Cabral Neto*

FRAGMENTOS DO CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico apresenta-se como um dos desafios que a universidade pública brasileira precisa enfrentar. O redimensionamento dos atuais currículos dos cursos de graduação torna-se uma necessidade, particularmente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em decorrência do papel que a universidade pública deve desempenhar diante das mudanças que se consubstanciam no atual momento de desenvolvimento da sociedade.

Essas mudanças englobam as dimensões política, econômica e cultural. No âmbito político, o revigoramento das teses neoconservadoras expressas no ideário neoliberal redimensionam as relações entre Estado e mercado. O neoliberalismo se caracteriza como uma estratégia política que defende a primazia do mercado sobre o Estado e, portanto, do individual sobre o coletivo. O Estado, nessa ótica, não deve intervir no livre jogo dos agentes econômicos, significando que o mercado tem o poder de regular todas as relações econômicas políticas e sociais.

Dentro dessa lógica, as teses constitutivas do ideário neoliberal se contrapõem aos avanços sociais alcançados com as

* Antônio Cabral Neto é Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Pesquisador do CNPq; Pró-Reitor de Graduação da UFRN.

políticas keynesianas¹ implementadas a partir do pós-guerra e desenvolvidas com ênfase até final da década de 1960 e início dos anos 70, particularmente em países de capitalismo avançado.

O neoliberalismo se constitui em uma estratégia política para responder à crise do padrão de acumulação capitalista enfrentada pela maioria dos países desenvolvidos no final do século XX. Ele é a expressão política dessa crise. Desenvolve-se em países centrais do capitalismo, desde o início da década de 70, encontra, nos últimos anos da década de 80, na América Latina e, particularmente, no Brasil, um cenário favorável à sua implementação, assumindo posição hegemônica nos anos 90.

Em relação aos programas sociais, as reformas preconizadas pelo neoliberalismo para o continente Latino Americano estão centradas em três aspectos: a) descentralização, entendida como um modo de aumentar a eficiência e eficácia do gasto, aproximando problemas e gestão; b) focalização, significando o direcionamento do gasto social para setores de maior necessidade; c) privatização, concebida como o deslocamento da produção de bens e serviços públicos para o setor privado lucrativo e não-lucrativo (ONGs, instituições filantrópicas etc.) (Draibe, 1993, p. 97).

1. O keynesianismo refere-se àquelas políticas fundamentadas nas teses propostas por Keynes que previa uma intervenção do Estado na ordenação econômica e política da sociedade. Keynes propunha estratégias para redimensionar a crise enfrentada pela sociedade capitalista nas primeiras décadas do século XX. Foi implementado com mais ênfase em países de capitalismo desenvolvido, no período pós-segunda guerra mundial até meados da década de 70. Segundo Esping-Andersen (1995), o Welfare State significou mais do que um incremento das políticas sociais no mundo desenvolvido, em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. No campo econômico resultou do abandono da ortodoxia da exclusiva lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania. Politicamente, se constituiu um elemento importante do projeto de reconstrução nacional no pós-guerra, fortalecendo a democracia liberal contra o fascismo e o bolchevismo.

No campo econômico, entra em crise o padrão de acumulação baseado no taylorismo² / fordismo³ que preconizava a possibilidade de generalização da industrialização, propiciando a produção em larga escala, consumo em massa, possibilidade do pleno emprego e diminuição das desigualdades. A crise iniciada no final do século XX, aprofunda-se consideravelmente a partir da década de 1980, configurando a insuficiência dessa matriz enquanto forma de organização da produção.

Diante disso, se impõe uma ampla reestruturação do processo produtivo fundada em novas bases. O modelo proposto pretende superar a rigidez dos processos taylorista/fordista, pautando-se na integração e na flexibilidade⁴, redesenhando dessa forma, uma nova engenharia de produção. É inaugurado um outro esquema de regulação da produção capitalista, significando o

2. O taylorismo é o modelo de gerência científica sistematizado por Frederick Winslow Taylor no final do século XIX. Tinha por objetivo desenvolver métodos para organização do trabalho, visando atender as novas demandas da produção capitalista. Fundava-se em três princípios básicos: a) dissociação do processo de trabalho das especialidades do trabalhador; b) separação entre concepção e execução; c) utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada uma das fases do processo de trabalho e seu modo de execução (Braverman, 1983).

3. O fordismo significou uma extensão do modelo de gerência proposto por Taylor. Introduziu inovações na linha de montagem, fazendo o trabalho chegar ao trabalhador em uma posição fixa. A diferença entre o fordismo e o taylorismo, segundo Harvey (1993), reside na defesa assumida por Henry Ford que enfatizava a necessidade de produção e consumo em massa, significando um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia. O processo de produção, segundo as orientações do fordismo, está centrado na produção em massa de bens homogêneos, uniformidade e padronização, grandes estoques, teste de qualidade ex-post e integração, predominantemente vertical. Em relação ao trabalho evidencia-se a realização de uma única tarefa pelo trabalhador, alto grau de especialização, pouco ou nenhum treinamento no trabalho, organização vertical do trabalho. A base técnica dominante é a eletro-mecânica. (Harvey, 1993).

4. O processo de produção flexível tem como referência o modelo japonês. Ele se caracteriza pela produção flexível, variada, em pequenos lotes e sem estoques. O

redimensionamento do padrão keynesianismo-fordismo que havia predominado desde o pós-guerra.

Esse “novo” esquema significa uma alteração substancial nas formas tradicionais de organização da produção. Ele tornou-se possível mediante: a organização flexível do processo de trabalho; o aperfeiçoamento da base técnica, decorrente do progresso da ciência e do desenvolvimento tecnológico; e o aprimoramento dos objetos de trabalho, pela descoberta de novos materiais (fibra ótica, por exemplo).

A lógica subjacente a essa orientação se expressa no seguinte discurso: quanto mais desregulamentação e flexibilização no mercado de trabalho maior a possibilidade da criação de empregos. Entretanto, sua lógica real significa o aumento da produtividade econômica por conta do incremento de tecnologia de ponta (microeletrônica, biotecnologia, genética, informação, dentre outros) e da redução do número de trabalhadores.

A incorporação de novas tecnologias e de novas formas de gerenciamento no processo produtivo significou uma drástica redução dos postos de trabalho, implicando em uma crescente liberação de mão-de-obra, desemprego estrutural, precarização do trabalho e aviltamento do trabalho assalariado, culminando com o aumento da exclusão social.

Esse modelo de organização da produção, sustentado em uma nova base científica, tecnológica e gerencial, impõe ao trabalhador novas exigências quanto a sua qualificação para o trabalho. Trata-se, pois, do desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e da formação de novas atitudes e valores coerentes com a realidade do trabalho no mundo atual.

controle de qualidade é integrado ao processo para evitar os desperdícios. O trabalho é realizado em equipe, o trabalhador realiza múltiplas tarefas, ocorre a eliminação da demarcação rígida de tarefas, a organização do trabalho é mais horizontal e exige a permanente aprendizagem no trabalho. A base técnica prevalecente é a eletro-eletrônica.

O argumento central pressupõe que, atualmente, diante da permanente mutação do mercado, é mais importante o trabalhador tornar-se empregável e manter-se competitivo do que simplesmente obter um emprego. Nessa lógica, a educação é considerada um fator determinante do ingresso do trabalhador no mercado de trabalho e, ainda, transfere para ele toda a responsabilidade pelo seu engajamento no mundo do trabalho.

O padrão de acumulação fundado na base técnica eletro-eletrônica e na organização flexível se constitui uma tendência da organização da produção nesse momento. As forças produtivas, todavia, não se desenvolvem de forma homogênea em todos os espaços, há um desenvolvimento combinado, porém desigual. Verifica-se uma convivência desse padrão de acumulação com aquele organizado tomando como parâmetro a base técnica eletromecânica e a gerência científica de base taylorista. Essas duas formas de organização capitalista convivem em todos os países, acentuando-se em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

O CENÁRIO EDUCACIONAL

O projeto educacional concebido como parte das estratégias políticas geradas nesse contexto de predomínio das idéias neoliberais, traz no seu cerne uma concepção de política dos mínimos. Essa política atinge a essência da universidade pública à medida que propõe ações voltadas prioritariamente para a educação fundamental. Nesse cenário, se fortalece a tese delineada no âmbito do projeto da reforma universitária proposta na década de 80 (Projeto GERES), que previa a criação de dois tipos de universidades: uma produtora e outra transmissora de conhecimentos.

Esse cenário, recortado por complexas relações econômicas, políticas e culturais, deve ser considerado pela universidade pública ao conceber o Projeto Político-Pedagógico dos seus cursos de graduação. Nessa empreitada, a universidade deve atentar para não aderir com exclusividade à lógica do mercado que prioriza uma

formação centrada no conhecimento instrumental, secundarizando as dimensões social, moral e ética da formação profissional. Tal orientação caracteriza a concepção economicista da educação.

A visão economicista da educação tem como lastro o ideário político-econômico neoliberal que atribui à educação uma centralidade no desenvolvimento econômico, vinculando-a às demandas de mercado. Este, o mercado, na lógica neoliberal organiza e conduz todo o processo educacional. Trata-se de uma matriz formulada por organismos internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL⁵ – e o Banco Mundial – BIRD⁶.

A universidade pública, ao delinear o seu Projeto Político-Pedagógico, deve atentar para essa realidade. É preciso assumir, no âmbito de cada universidade e de cada curso, uma ação mais ousada para pensar estratégias que possibilitem criar mecanismos para se contrapor a essa tendência claramente desenhada na atual política do governo para o ensino superior público.

5. A CEPAL, órgão regional da Organização das Nações Unidas – ONU –, criada em 1948, destina-se a assessorar os países da América Latina em assuntos técnico-econômicos. O trabalho “Transformación Productiva com Equidad”, elaborado em 1990, assinala que a formação de recursos humanos e o desenvolvimento estão intimamente relacionados. Nessa ótica, a educação e a produção do conhecimento são fatores imprescindíveis para o desenvolvimento. Essa abordagem é reafirmada em outro, documento escrito em 1992, “Educacion y Conocimiento: Eje de la transformación productiva com equidad” o qual situa a educação como elemento central para o desenvolvimento econômico e social.

6. O BIRD, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial – BM) é a instituição internacional que, dentre outras atividades, financia e presta assessoramento técnico a projetos educacionais no Brasil. Neste momento, o BM considera a educação como um fator de redução da pobreza e essencialmente como uma estratégia indispensável à formação de “capital humano” adequado aos atuais padrões de acumulação. A política educacional, nessa lógica, enfatiza os seguintes aspectos: eficiência, eficácia, rentabilidade, flexibilidade, relação custo-benefício. Essa Instituição tem, hoje, uma influência significativa no delineamento da política educacional brasileira.

A universidade como uma instituição responsável pela produção e disseminação crítica do conhecimento, necessita construir um projeto educativo que possibilite a formação de recursos humanos capazes de sua inserção crítica na sociedade. Isso implica ultrapassar a visão restrita de educação que se vincula prioritariamente às demandas do mercado. É evidente que a universidade ao formar profissionais deve conhecer as necessidades do mercado, porém não deve tornar-se refém do mesmo.

Assim, a formação profissional deve ancorar-se em [...] *habilidades e aptidões de apreensão, compreensão, análise e transformação, tanto no âmbito do conhecimento tecnológico que se dissemina velozmente, quanto no âmbito da formação da competência política, social, ética e humanista* (ForGRAD, 1999, p. 9).

Com base nessa compreensão, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN deve:

[...] estar comprometida com a qualidade da formação intelectual de seus alunos, com a qualidade de sua produção científica, artística, filosófica e tecnológica e, principalmente, com o atendimento às necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade, formando profissionais técnica e politicamente competentes e desenvolvendo soluções para problemas locais, regionais e nacionais (UFRN – Plano de Desenvolvimento Institucional, 1999 - 2003, p. 39).

Na proposta acadêmica da UFRN, o Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação deve ter como respaldo pressupostos teóricos e metodológicos que realcem tanto a formação ética quanto a competência técnica para enfrentar os desafios postos pelo mundo do trabalho, no atual momento.

Significa conceber um Projeto Político Pedagógico em permanente construção para propiciar o desenvolvimento de ações planejadas que dêem vida ao fazer pedagógico no âmbito de cada curso de graduação.

Não é uma tarefa simples nem individual. Portanto, não deve ser uma tarefa exclusiva do coordenador do curso. É uma ação coordenada, coletivamente, pelos Colegiados dos Cursos, a quem compete articular estratégias de envolvimento de professores, alunos, especialistas das diversas áreas do conhecimento, como também de representantes de segmentos sociais interessados. A elaboração, o desenvolvimento e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico é uma ação compartilhada.

O Projeto Político-Pedagógico, segundo o *ForGRAD*, deve ser entendido

[...] como um instrumento de balizamento para o fazer universitário, concebido coletivamente no âmbito da instituição, orientado para esta, como um todo, e para cada um de seus cursos, em particular. Ao constituir-se, o Projeto (político) Pedagógico deve ensejar a construção da intencionalidade para o desempenho do papel social da IES, centrando-se no ensino, mas vinculando-se estreitamente aos processos de pesquisa e extensão (p. 9).

PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

a) O Projeto Político-Pedagógico deve levar em consideração as diretrizes curriculares nacionais mas não deve ficar restrito a elas. A autonomia na elaboração do projeto, apesar dos limites impostos pela atual política do MEC, precisa ser exercida. Os profissionais envolvidos no processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico, devem ousar no sentido de propor um Projeto que contemple experiências acadêmicas criativas e inovadoras;

b) O Projeto Político-Pedagógico do Curso deve estar necessariamente articulado com o projeto de universidade pública democrática e de qualidade social;

c) A elaboração do Projeto Político-Pedagógico pressupõe uma compreensão do contexto social e político do momento;

d) O Projeto Político-Pedagógico deve compreender três momentos interligados. O primeiro relaciona-se com o perfil desejado para o egresso do Curso, as habilidades e competências definidas e os objetivos do curso, dentre outros aspectos que condicionam os demais componentes do projeto; o segundo diz respeito à estrutura curricular propriamente. Matérias e disciplinas são definidas com base em diretrizes estabelecidas anteriormente; o terceiro momento significa a definição dos procedimentos a serem executados em função dos dois primeiros momentos e às exigências infra-estruturais para tal;

e) A ação pedagógica deve ser pautada em uma dinâmica que articule adequadamente ensino, pesquisa e extensão;

f) A construção do Projeto Político-Pedagógico pressupõe uma ação coletiva resultante do engajamento dos agentes educacionais e sociais;

g) O Projeto Político-Pedagógico, ao ser estruturado, deve levar em consideração que ato educativo compreende a apropriação, pelo aluno, dos conhecimentos historicamente produzidos, assim como o desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores éticos. Isso implica em uma articulação adequada entre conhecimentos científicos e tecnológicos e o desenvolvimento do aluno como cidadão;

h) As atividades curriculares devem permitir, desde cedo, a interação do aluno com a realidade social;

i) A implementação do Projeto Político-Pedagógico implica no redimensionamento do modelo atual de gestão.

Os princípios gerais delineados neste texto contemplam aspectos relevantes que devem ser observados como subsídios pelos docentes e discentes dos cursos de graduação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico. Entretanto, eles não encerram todas as possibilidades de trabalho e, por isso, devem ser enriquecidos no decorrer do processo coletivo de discussão, visto que o Projeto Político-Pedagógico deve ser entendido como um dos principais pilares de consolidação de um projeto acadêmico bem delineado.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. IN: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-50.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista; a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CABRAL NETO, Antônio. *Política educacional brasileira: novas formas de gestão*. In: YAMAMOTO, Oswaldo; CABRAL NETO, Antônio. (Orgs.). *O psicólogo e a escola: uma introdução ao estudo da psicologia escolar*. Natal: EDUFRN, 2000, p. 25-58.

CABRAL NETO, Antônio; ALMEIDA, Maria Doninha de. *Educação e gestão descentralizada*: Conselho Diretor, Caixa Escolar Projeto Político-Pedagógico. *Em Aberto*, Brasília, INEP, v. 17, n.72, p. 35-46, jun., 2000.

CABRAL NETO, Antônio; ALMEIDA, Maria Doninha de. *Autonomie et gestion decentralisée: une reflexion dans le domaine de l'education scolaire. Sociétés Brésiliennes – Education – Travail – Developpment*, França: Editora L'harmatan (no prelo).

DRAIBE, Sônia Maria. *As políticas sociais e o neoliberalismo*. *Revista USP / Dossiê Liberalismo / Neoliberalismo*. São Paulo, n. 17, p. 86-101, março/maio, 1993.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. Lua Nova, São Paulo: CEDEC, n. 35, p.73-112, 1995.*

ForGRAD. *Do pessimismo da razão para o otimismo da vontade: referências para a construção dos projetos pedagógicos na IES brasileiras. Curitiba, 1999. (Texto elaborado a partir da Oficina de Trabalho de Curitiba, realizada de 15 a 17 de setembro de 1999).*

HARVEY, David. *Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Plano de Desenvolvimento Institucional – 1999 – 2008, Natal, dez, 1999.*

A DÍADE POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Maria Salonilde Ferreira*

A primeira reação que o tema Projeto Político-Pedagógico da universidade provoca é de questionamento. Cabe-nos indagar sobre as razões que induzem a universidade a se preocupar com sua dupla face: política/pedagógica.

O inusitado da questão não se encontra no seu caráter político. Este permeia a universidade desde as suas origens. Um recuo no tempo permite-nos verificar que as universidades surgem atreladas à igreja, em um momento de grande expansão política da mesma, chegando a ser denominada Universidade da Cristandade. Fortalece-se no confronto entre burguesia e clero na luta pela hegemonia, ambos alimentando a expectativa de utilizá-la para o seu próprio fortalecimento.

No entanto, a representação construída foi da universidade pairando acima dos interesses de indivíduos e grupos onde os seus sábios pudessem descobrir verdades e produzir saberes úteis à humanidade.

Essa breve incursão na história mostra que o inusitado está em a universidade querer assumir seu caráter político após negá-lo durante séculos.

O PEDAGÓGICO É POLÍTICO

As mudanças estruturais, em curso, evidenciam que os padrões orientadores da nossa vida social e coletiva não representam mais a passagem na qual nos movemos. Por um lado,

* Maria Salonilde Ferreira é Professora aposentada do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

observamos um incremento incalculável na produção de bens materiais, ciência e tecnologia; por outro lado, o crescimento do subemprego, desemprego, violência, exacerbando-se a contradição abundância versus miséria.

Vivemos em um permanente estado de crise econômica, política, social, científica e ética enquanto todas as formas de organização social são colocadas em xeque.

Esse contexto não suporta mais a concepção de um projeto pedagógico sem a definição clara e precisa de sua opção política. Opção que implica, no caso da universidade, em definir o direcionamento atribuído ao tripé que sustenta a atividade universitária: ensino-pesquisa-extensão. Atividade cuja indissociabilidade adquire concretude no currículo escolar.

Isso faz com que a questão curricular adquira, cada vez mais, destaque no panorama universitário, intensificando os vínculos entre processos técnicos produtivos, econômicos, políticos e culturais; entre todas as atividades práticas e intelectuais; entre sociedade e natureza.

Problemas como a conquista do cosmo, a ecologia, a mecanização e automação da produção, a mundialização e outros, tanto globais quanto locais, não podem ser analisados e solucionados com os meios de uma única teoria ou área do saber.

A tendência atual é a de considerar o currículo como construção social e política. Essa construção exige dos atores nela implicados a negociação de significados de seus parâmetros e de suas práticas, à medida que se inscreve no quadro de uma estrutura administrativa, ao mesmo tempo que sintetiza uma posição e uma intencionalidade política, pois se insere, também, uma estrutura social.

Tal elaboração encontra pertinência em um certo número de necessidades peculiares. Podemos destacar, no mínimo, quatro:

- a) a sociedade com suas características socioeconômicas, políticas e culturais;

- b) a instituição;
- c) o saber socialmente produzido;
- d) os atores implicados.

Nessa perspectiva, o currículo envolve desde planos e programas até a interação que ocorre na sala de aula.

A definição de parâmetros, por exemplo, exige negociações e renegociações dos significados atribuídos à sociedade, à educação, ao desenvolvimento, à ciência, à aprendizagem, ao indivíduo, ao sujeito, entre outros. Inclui, ainda, a apreensão de como se dão as relações entre esses componentes pois são eles que orientam a estruturação curricular.

Definir-se, por um ou outro significado, é uma opção política. Cabe à comunidade universitária buscar clareza suficiente para o encaminhamento político a ser dado ao seu projeto pedagógico. Deve ser um projeto vinculado às determinações que buscam subordinar as universidades à política de Estado mínimo ou à procura de sua eficiência e de sua visibilidade face à sociedade que a sustenta.

As crises põem em evidência, por um lado, a relatividade de pressupostos até então hegemônicos como neutralidade, precisão, objetividade e, por outro, permite-nos acompanhar a sobrevivência da própria universidade pública brasileira.

Não podemos esquecer que um projeto pedagógico concretiza a escolha dos valores que deverão ser internalizados. Uma das funções da universidade é a transformação da cultura enquanto processo legítimo do exercício do pensamento e do conhecimento, mas, além disso, ela é, também, o lugar onde se dá a reflexão crítica da realidade.

A definição desses valores e sua adoção são eminentemente políticas pois são eles que demarcam o caráter cidadão das relações da universidade com os indivíduos, a natureza e a sociedade.

SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Heloiza Henê Marinho da Silva*

BREVE HISTÓRICO

A melhoria da qualidade do ensino sempre esteve associada ao Projeto Político-Pedagógico. Desde a década de 1970, o PADES – Programa de Apoio às Instituições de Ensino Superior, estimulava a elaboração de projetos visando um ensino de melhor qualidade nas universidades. Os projetos eram individuais, de iniciativa de seus proponentes – docentes, discentes ou setores da instituição.

Na década de 1980, o PADES vincula-se à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC). Redefine o conceito de qualidade de ensino passando a relacioná-lo à existência de um Projeto Político-Pedagógico elaborado coletivamente pelos atores institucionais. Na época, havia clareza do objetivo do projeto, porém, com diversidade terminológica: *projeto pedagógico*, *projeto político-pedagógico*, *projeto institucional*, *projeto educacional*. Em relação a essa terminologia, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) utiliza a denominação *proposta pedagógica* ou *projeto pedagógico*.

Tanto a legislação educacional em vigor (LDB e regulamentações subseqüentes) quanto o ritmo acelerado das mudanças na realidade presente indicam a necessidade de renovação periódica do reconhecimento dos Cursos de Graduação, acabando definitivamente com a sua característica *ad eternum*. Aliado a isso, surgem novas tecnologias, informações, metodologias (inclusive de ensi-

* Heloiza Henê Marinho da Silva é Professora do Departamento de Biofísica e Farmacologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Coordenadora Geral de Supervisão do Ensino Superior da SESU/MEC.

no) que apontam no sentido de proporcionar qualificações técnicas, científicas ou artísticas readaptáveis às situações e demandas profissionais emergentes. Tais fatos vêm requerer, por sua vez, uma formação mais abrangente e diversificada, a partir de uma dinâmica passível de mudanças processuais. Nesse contexto, observa-se a necessidade da (re)elaboração do projeto de funcionamento dos Cursos (Projeto Político-Pedagógico) como um novo instrumento de gestão acadêmica, articulado com o sistema educacional e com as demandas da sociedade.

Acrescenta-se, ainda, os dois instrumentos que o MEC vem utilizando compulsoriamente para controlar a qualidade do ensino superior: o Exame Nacional de Cursos (Provão) e a Avaliação das Condições de Oferta. Nesta, o MEC verifica, através de uma Comissão de Especialistas de Ensino Superior, três aspectos fundamentais nos Cursos de Graduação: a) a organização didático-pedagógica; b) a infra-estrutura; c) a qualificação do corpo docente. Dessa forma, a Comissão de Especialistas do MEC, ao avaliar o Curso em função da sua organização didático-pedagógica, toma como referência a sua proposta pedagógica. Esta deve contemplar alguns elementos fundamentais: o perfil do profissional desejado; os objetivos do Curso; as competências e habilidades; as áreas de estudo; a estrutura curricular; a sistemática de avaliação; dentre outros.

Os resultados do Provão e da Avaliação das Condições de Oferta são considerados não só no processo de renovação do reconhecimento dos Cursos, como também no processo de credenciamento das instituições.

Nesse contexto, surgem as Diretrizes Curriculares, elaboradas pelas Comissões de Especialistas do MEC, em contraposição aos antigos currículos mínimos caracterizados pela rigidez, fragmentação, desarticulação e desatualização dos conteúdos. As Diretrizes apontam para a seleção de conteúdos significativos e necessários à formação do aluno, ordenando-os em componentes curriculares ou atividades acadêmicas distintas (disciplinas, seminários, estágios, oficinas etc.), no âmbito dos quais

se realiza o processo ensino-aprendizagem. Verifica-se, nesse sentido, um certo grau de liberdade na legislação vigente, na qual a palavra chave é a flexibilização, em oposição à grade curricular com um grande número de disciplinas pré-fixadas e de pré-requisitos.

O aluno de graduação não deve ter acesso apenas à informação teórica. A formação político-humana deve ser contemplada em conjunto com a formação técnico-científica, ou melhor, é necessário a incorporação do conhecimento e da prática técnico-científica no espectro de valores humanísticos. Isto deve ocorrer no sistema educacional, em sua totalidade, de forma articulada, ao mesmo tempo que, no âmbito do fazer acadêmico, seja garantida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A PROGRAD/UFRN, ao repensar o papel da Graduação, estabelece como ação prioritária a reformulação curricular inserida na (re)elaboração de um Projeto Político-Pedagógico, visando efetivamente a melhoria da qualidade do ensino e a consequente elevação da competência profissional do egresso.

CONCEPÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico pode ser entendido como um instrumento balizador para o fazer pedagógico, concebido coletivamente, orientado para um Curso de Graduação específico. É o documento definidor dos princípios orientadores que expressam o sentido do processo de formação de profissionais de nível superior. (ForGRAD, 1999). Consiste numa proposta de formação profissional caracterizada como um conjunto de ações e estratégias que expressam as diretrizes políticas, pedagógicas e técnicas de um Curso de Graduação.

Em função dos elementos anteriormente descritos, apresentamos, *como sugestões*, alguns esquemas que podem ser tomados como referência pelos Cursos na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

Devendo ser pautado em fundamentos epistemológicos, éticos e políticos, o Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas. Não é algo a ser construído e em seguida arquivado, ou quando muito, enviado para as autoridades competentes de ensino. Ele deve ser construído e evidenciado em todos os momentos e por todos os envolvidos no processo de formação do profissional, implicando, dessa maneira, em avaliação e aperfeiçoamento permanentes.

ELABORAÇÃO

Considerando que o Projeto Político-Pedagógico é o referencial básico para o desenvolvimento do Curso, seus *elementos constitutivos* devem conter claras definições de forma a orientar a estruturação curricular e seus modos de organização. A seguir são apresentados, de forma sucinta, os componentes fundamentais que devem ser considerados na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

1. Introdução: histórico do Curso, papel da universidade frente a realidade social, diagnóstico da situação atual do Curso etc.
2. Justificativa: onde se insere o Curso e o universo a que se destina; quais as características e necessidades mais emergentes, relação universidade-mercado e universidade-sociedade, aspectos legais que dão suporte ao Curso etc.
3. Perfil do profissional: qual o profissional que se deseja.
4. Objetivos: quais os objetivos que se pretende alcançar, levando em consideração o perfil desejado para o egresso, seu contexto de atuação e as condições de execução do Projeto Político-Pedagógico.

5. Competências e habilidades: quais as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas no processo de formação do aluno.
6. Tópicos de estudo: conteúdos curriculares ou áreas de estudo definidos de forma coerente com o perfil e os objetivos.
7. Componentes curriculares: disciplinas, atividades de formação acadêmica – pesquisa; extensão; participação em congressos e seminários etc., estágios; monografia.
8. Procedimentos metodológicos: metodologia de trabalho adotada.
9. Estrutura curricular: disposição das disciplinas/atividades por período/nível.
10. Sistemática de avaliação: do processo ensino-aprendizagem; do Projeto Político-Pedagógico.
11. Suporte para funcionamento do Curso: recursos humanos; infra-estrutura (física, tecnológica, bibliográfica etc.).

Em função dos elementos anteriormente descritos, apresentamos, *como sugestões*, alguns esquemas que podem ser tomados como referência pelos Cursos na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

ESQUEMA 1

Sugestão para elaboração do Projeto Acadêmico do Curso de *Comunicação Social*

I – Introdução (histórico, caracterização contextual do Curso etc.)

II – Justificativa (pertinência do Curso etc.)

III – Proposta ou Projeto Pedagógico

1. Introdução

2. Síntese da estrutura geral do Curso

3. Objetivos

3.1. Gerais

3.2. Específicos de cada habilitação

4. Perfil do egresso por habilitação

5. Competências e habilidades específicas de cada habilitação

6. Tópicos de estudos básicos

7. Estudos básicos de cada habilitação

8. Estrutura curricular

9. Equivalência com o currículo atual

10. Procedimentos de avaliação

a) Do processo ensino-aprendizagem

b) Do Projeto Pedagógico

IV – Corpo docente

V – Estrutura de serviço e infra-estrutura material,
tecnológica e bibliográfica

VI – Procedimentos de avaliação e de acompanhamento
geral do Projeto Acadêmico

VII – Anexos

ESQUEMA 2

Sugestão para elaboração do Projeto Acadêmico do Curso de *Serviço Social*

I – Introdução (histórico, caracterização contextual do Curso etc.)

II – Justificativa

III – Projeto Político-Pedagógico

1. Introdução
2. Objetivos
3. Perfil do egresso
4. Competências e habilidades
5. Núcleos de fundamentação da formação profissional
6. Organização do Curso:
 - a) Distribuição da carga horária
 - b) Duração
 - c) Atividades complementares
 - d) Estágio supervisionado
 - e) Trabalho de conclusão do Curso
7. Políticas de pesquisa e de extensão
8. Estrutura curricular
9. Sistema de avaliação contínua
 - a) Do processo ensino-aprendizagem
 - b) Do Projeto Político-Pedagógico
10. Corpo docente

IV – Infra-estrutura material e tecnológica

- a) Laboratórios
- b) Acervo bibliográfico etc.

V. Procedimentos de acompanhamento e avaliação do Projeto Acadêmico

ESQUEMA 3

Sugestão para elaboração do Projeto Acadêmico do Curso de Farmácia

I – Introdução (histórico, caracterização contextual do Curso etc.)

II – Justificativa (pertinência do Curso, necessidade da formação do profissional farmacêutico, necessidade da reforma curricular etc.)

III – Projeto Pedagógico

1. Introdução

2. Objetivos

3. Perfil do egresso

- Perfil comum

- Perfil específico:

- a) Farmacêutico – opção Medicamentos

- b) Farmacêutico – opção Análises Clínicas e Toxicológicas

4. Competências e habilidades:

- a) Farmacêutico – opção Medicamentos

- b) Farmacêutico – opção Análises Clínicas e Toxicológicas

5. Tópicos de estudo e conteúdos

6. Organização do Curso

- a) Distribuição da carga horária

- b) Duração

- c) Atividades complementares

- d) Estágio supervisionado

7. Políticas de Pesquisa e Extensão

8. Estrutura Curricular

9. Sistema de avaliação contínua

- e) Do processo ensino-aprendizagem

- f) Do projeto pedagógico

IV – Corpo docente

V – Infra-estrutura material e tecnológica

1. Estrutura física

2. Laboratórios

3. Acervo bibliográfico etc.

IV – Procedimentos de acompanhamento e avaliação do Projeto Acadêmico

ESQUEMA 4

Sugestão para elaboração do Projeto Acadêmico do Curso de Geografia

Apresentação (do projeto)

I – Breve histórico do Curso (bacharelado e licenciatura)

II – Justificativa

1. Análise contextual da situação dos profissionais da geografia
2. Importância da continuidade do Curso
3. As oportunidades
 - a) Bacharelado
 - b) Licenciatura
4. Fundamentação
 - a) Grandes diretrizes
 - b) Por que 4 e não 3 anos

III – Projeto Político-Pedagógico

1. Breve introdução
2. Objetivos
 - Gerais
 - Específicos
 - Bacharelado
 - Licenciatura
3. Competências/habilidades
 - Bacharelado
 - Licenciatura
4. Perfil do egresso
 - Bacharelado
 - Licenciatura
5. Grandes áreas de estudo (tópicos)
 - 5.1. Núcleo básico
 - 5.2. Núcleo específico
 - Bacharelado
 - Licenciatura
6. Estrutura curricular por semestre
7. Sistemática de avaliação

7.1. Do desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico

7.2. Da aprendizagem do aluno

IV – Suporte de funcionamento do Curso

1. Recursos físicos, tecnológicos e outros

2. Recursos humanos

a) Currículo do coordenador do Curso

b) Demonstrativo do corpo docente por qualificação, regime de trabalho, situação funcional

c) Demonstrativo do pessoal técnico-administrativo

3. Acervo bibliográfico

a) Biblioteca Central

b) Biblioteca Setorial

c) Sistemática de atendimento

d) Bibliografia disponível (reportar ao anexo lista da bibliografia existente na Biblioteca)

V – Anexos

1. Módulo “grade”

2. Equivalência curricular

3. Relação do acervo bibliográfico específico do Curso

IMPLEMENTAÇÃO: INFORMAÇÕES SUMÁRIAS

A proposta pedagógica de um Curso, conforme anteriormente delineada, deve ser construída coletivamente explicitando a sua programação acadêmica que inclui decisões relativas aos aspectos pedagógicos, metodológicos e administrativos. Sua (re)definição, implantação e implementação representa, pois, uma dinâmica de trabalho conhecida e aceita por todos, de modo a assegurar a participação e o engajamento dos envolvidos – professores, alunos e administradores, a fim de garantir permanentemente a qualidade necessária aos Cursos de Graduação. Aderir à prática coletiva não implica na perda de alternativas pessoais, mas a oportunidade para se engajar em um processo de construção do perfil do profissional desejado.

Nesse sentido, algumas ações podem ser lembradas para a implementação do Projeto Político-Pedagógico que pressupõe um trabalho de conscientização e comprometimento dos atores institucionais envolvidos com o Curso: reuniões do Colegiado do Curso para acompanhamento do Projeto; reuniões semestrais de planejamento das atividades curriculares; participação do Colegiado do Curso nas reuniões plenárias dos Departamentos envolvidos com o Curso, para discussão do Projeto Político-Pedagógico; realização de seminários com professores e alunos para acompanhamento e aperfeiçoamento do Projeto; entre outras alternativas.

REFERÊNCIAS

ForGRAD – Fórum de Pró-Reitores de Graduação. Do pessimismo da razão ao otimismo da vontade: referências para a construção dos projetos pedagógicos nas IES brasileiras. Curitiba, 1999. (Texto elaborado a partir da Oficina de Trabalho de Curitiba, realizada no período de 15 a 17 de setembro de 1999).

FRANCO, Edson. *Utopia e Realidade: a construção do projeto institucional no ensino superior.* Brasília: Universa – UCB, p. 39, 1998.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. *Comentários à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394, de 20.12.96: jurisprudência sobre educação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

SILVA, Ana Célia Bahia. *Reflexões sobre a experiência da construção de projetos pedagógicos nos cursos de graduação: avanços e recuos*. In: *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior/Estudos*. Brasília, (24:45-53, junho,1999).

TACHIZAWA, Takeshy, ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. *Gestão de Instituições de Ensino*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Universidade e desafios contemporâneos / Proposições para uma Política Universitária*. 1999-2003. Natal, junho, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. 1999-2008, Natal, dezembro, 1999.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Oficinas Gráficas da EDUFRN
Editora da UFRN, em agosto de 2004.